

7

LINGUÍSTICA TEXTUAL *

*Anna Christina Bentes***1. UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO**

Atualmente, tomar-se o texto como unidade de análise no campo dos estudos da linguagem pode parecer pouco questionável ou, mais ainda, constituir-se em uma verdadeira necessidade. No entanto, esta ideia nem sempre foi bem-aceita: houve um percurso de mais de 30 anos desde que o termo “Linguística de Texto” foi empregado pela primeira vez por Harald Weinrich, autor alemão que postula toda a Linguística ser necessariamente Linguística de Texto.

Sem dúvida, o surgimento dos estudos sobre o texto faz parte de um amplo esforço teórico, com perspectivas e métodos diferenciados, de constituição de um outro campo (em oposição ao campo construído pela Linguística Estrutural), que procura ir além dos limites da frase, que procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação da comunicação, excluídos das pesquisas sobre a linguagem pelos postulados dessa mesma Linguística Estrutural — que compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa.

* Agradeço a Ingedore Koch pela inspiração teórica, comentários e revisão do texto, a Ivana Lima Regis, pelas sugestões das músicas e pelo interesse nas discussões sobre as análises feitas e a Jaqueline Brandão pelas observações acerca da estrutura dialógica da música E.C.T. Agradeço ainda a Helena H. Nagamine Brandão pela atenciosa leitura do texto e pelos valiosos comentários.

Ingedore Koch (1994), em seu texto *Linguística textual: retrospecto e perspectivas* e Luiz Antônio Marcuschi (1998a) em sua conferência intitulada *Rumos atuais da linguística textual*, pronunciada no LXVI Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, em junho de 1998, enumeram os estudos de diversos autores,¹ principalmente nos Estados Unidos e na Europa, como aqueles que constituíram a primeira geração que propunha o texto como uma unidade legítima dos estudos linguísticos e dava uma guinada no tratamento da língua. Denise Maldidier, Claudine Norman e Régine Robin, em texto da década de setenta, intitulado *Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa*, apresentam um breve histórico da constituição do campo dos estudos do discurso na França, discutindo resumidamente os interesses e os problemas das abordagens semiológicas (Roland Barthes, Greimas), das pesquisas sobre as pressuposições (Oswald Ducrot) e da elaboração do conceito de enunciação (Émile Benveniste), para então apresentarem os interesses da chamada Análise do Discurso de linha francesa. Todas essas abordagens podem ser vistas como fazendo parte deste esforço teórico, iniciado na década de sessenta, de construir uma Linguística para além dos limites da frase, a chamada “Linguística do Discurso”. Ao longo desta apresentação, tentaremos apontar algumas diferenças importantes entre as tradições anglo-saxônica e francesa de estudos sobre o discurso/texto.²

Na história da constituição do campo da Linguística de Texto, podemos afirmar que não houve um desenvolvimento homogêneo. Segundo Marcuschi (1998a), “seu surgimento deu-se de forma independente, em vários países de dentro e de fora da Europa Continental, simultaneamente, e com propostas teóricas diversas”.³ Mas, de uma forma geral, é possível distinguir três momentos que abrangeram preocupações teóricas bastante diversas entre si.

Não há consenso entre os autores de que houve uma certa cronologia na passagem de um momento para outro. Podemos afirmar, no entanto, que houve não só uma gradual ampliação do objeto de análise da Linguística Textual, mas também um progressivo afastamento da influência teórico-metodológica da Lin-

1. Os estudos enumerados são os que se seguem: P. Hartman (1964), R. Harweg (1968), E. Gulich (1968), W. Koch (1971), H. Weinreich (1964, 1976), J. Petöfi (1978), na Alemanha; Van Dijk (1972), na Holanda; Firth (1957) e Halliday, Hasan (1973, 1976), na Inglaterra; Mathesius (1961), Firbas (1971) e Danes (1970), em Praga; Z. Harris (1952) e K. Pike (1967), nos Estados Unidos. Todos esses estudos estão citados em Fávero e Koch (1983/1988), em Koch (1994) e em Marcuschi (1998a).

2. Sugerimos ao leitor, para que possa ter uma visão mais nítida sobre as diferentes tradições, que faça uma leitura comparativa entre este capítulo e o capítulo *Análise do Discurso* no volume 2 desta obra.

3. Marcuschi (1998a).

guística Estrutural saussuriana: em um primeiro momento, o interesse predominante voltava-se para a *análise transfrástica*, ou seja, para fenômenos que não conseguiram ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas que ficassem limitadas ao nível da frase; em um segundo momento, com a euforia provocada pelo sucesso da gramática gerativa, postulou-se a descrição da competência textual do falante, ou seja, *a construção de gramáticas textuais*; em um terceiro momento, o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um processo, resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas; parte-se, assim, para a elaboração de uma *teoria do texto*. Façamos agora um pouco mais detalhadamente de cada um destes momentos.

Na *análise transfrástica*, parte-se da frase para o texto. Exatamente por estarem preocupados com as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construa uma unidade de sentido, os estudiosos perceberam a existência de fenômenos que não conseguiram ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas: o fenômeno da co-referenciação,⁴ por exemplo, ultrapassa a fronteira da frase e só pode ser melhor compreendido no interior do texto. Antes de passarmos à análise do exemplo a seguir, faz-se necessário observar que neste primeiro momento de constituição da Linguística Textual, um dos principais conceitos de texto era o de Harweg (1968), afirmando que um texto era “uma sequência pronominal ininterrupta”⁵ e que uma de suas principais características era o fenômeno do múltiplo referenciamento.⁶ Um outro conceito de texto importante era o de Isenberg (1970): um texto era definido como uma “sequência coerente de enunciados”.⁷

(1) “Pedro foi ao cinema. Ele não gostou do filme.”

Observar esse trecho, adotando uma perspectiva textual, significa olhar o emprego do pronome pessoal de 3^a. pessoa de uma forma diferente. Aqui, a relação entre nome e pronome não é de simples substituição, no sentido mais corriqueiro do termo. O uso do pronome está fornecendo ao ouvinte/leitor ins-

4. Para um maior aprofundamento nos estudos sobre referenciação, ver Koch (1989, 1997, 1999a, 1999c), Marcuschi e Koch (1998a, 1998b), Marcuschi (1998b, 1999c).

5. Harweg (1968) é citado em Fávero e Koch, 1988, p. 13 (título original, 1983).

6. O fenômeno do múltiplo referenciamento diz respeito ao fato de que o referente textual (aquilo sobre o que se fala) encontra-se retomado, ao longo do texto, de diferentes formas. Trataremos um pouco mais aplicadamente desse fenômeno, mais adiante, no item sobre coesão textual.

7. Isenberg (1970) é citado em Fávero e Koch, 1988, p. 13.

truções de conexão entre a predicação que se faz do pronome (“não gostou do filme) e o próprio SN em questão (considerado como aquele sobre o qual também já se disse algo). Esse movimento contribui para a construção da imagem do referente (“Pedro”) por parte do ouvinte. Será a congruência entre as predicções feitas sobre o pronome e o próprio SN (“Pedro”), e não só a concordância de gênero e número, que permite afirmar que o pronome *ele* é co-referente de *Pedro*. Em outras palavras, é por conta desta congruência que sabemos que o pronome *ele* se refere a *Pedro*. No entanto, apenas a presença do mecanismo de co-referenciação, ao longo de uma sequência, não garante que esta se constitua em um texto. Mais adiante, trataremos especificamente deste fenômeno, que se convencionou chamar de “coesão referencial”.

Foram justamente estudos sobre o fenômeno citado, além de outros estudos, como, por exemplo, aqueles em que, para se dar conta de pares ou sequências maiores de frases, foi tentada a ampliação de classificações já existentes dos tipos de relações passíveis de serem estabelecidas, entre as orações, por meio de determinados conectivos,⁸ que fizeram com que se desenvolvesse a linha de pesquisa denominada “análise transfrástica”. Essa linha de pesquisa também se interessou por investigar vários outros fenômenos “transfrásticos”: a pronominalização, a seleção dos artigos (definido e indefinido), a concordância dos tempos verbais, a relação tópico-comentário e outros. No entanto, os estudos sobre a conexão entre enunciados também levou os pesquisadores a indagarem sobre como se estabelecia a relação entre uma sequência e outra *sem* a presença de um conector. Vejamos os exemplos⁹ a seguir:

- (2) Não fui à festa de seu aniversário: passei-lhe um telegrama.
- (3) Não fui à festa de seu aniversário: estive doente.
- (4) Não fui à festa de seu aniversário: não posso dizer quem estava lá.

Em (2), sabemos que é a relação adversativa, implicada pelo conector “mas”, a que se estabelece entre o primeiro e o segundo enunciado. Em (3), sabemos que é a relação explicativa, implicada pelo conector “porque”, a que se estabelece entre o primeiro e o segundo enunciado. Em (4), sabemos que é a relação

8. Para um maior aprofundamento nos estudos sobre os tipos de relações que se estabelecem entre os enunciados, ver Guimarães (1987), Koch (1987) e Vogt (1980). No entanto, é importante ressaltar que os trabalhos de Guimarães e Vogt inserem-se mais na perspectiva da Semântica Enunciativa, do que em uma perspectiva textual propriamente dita.

9. Os exemplos em questão foram retirados de Garcia (1978).

conclusiva, implicada pelo conector “portanto”, a que se estabelece entre o primeiro e o segundo enunciados.

No entanto, os conectores mencionados (ou ainda outros que pudessem substituí-los) não estão presentes. Nesse caso, caberia ao ouvinte/leitor construir o sentido global da sequência, estabelecendo mentalmente as relações argumentativas adequadas entre os enunciados. O fato de ter sido necessário considerar, na construção do sentido global do enunciado, o conhecimento intuitivo do falante acerca das relações a serem estabelecidas entre sentenças, e o fato de nem todo texto apresentar o fenômeno da co-referência, constituíram-se em fortes motivos para a construção de uma outra linha de pesquisa, que não considerasse o texto apenas como uma simples soma ou lista dos significados das frases que o constituem. Passou-se, então, ao objetivo de elaborar gramáticas textuais.

Nas primeiras propostas de elaboração de *gramáticas textuais*, nas palavras de Marcuschi (1998a), tentou-se construir *o texto como objeto da Linguística*. Apesar da ampliação do objeto dos estudos da ciência da linguagem, ainda se acreditava ser possível mostrar que o texto possuía propriedades que diziam respeito ao próprio sistema abstrato da língua. Dizendo de outra forma, as primeiras gramáticas textuais representaram um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato. Neste período, postulava-se o *texto* como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao *discurso*, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída.

Como foi dito anteriormente, não é possível afirmar que houve uma ordem cronológica entre o primeiro momento (análise transfrástica) e as propostas de elaboração de gramáticas textuais. Pode-se afirmar, no entanto, que as propostas de elaboração de gramáticas textuais de diferentes autores,¹⁰ tais como Lang (1971, 1972), Dressler (1972, 1977), Dijk (1972, 1973) e Petöfi (1972, 1973, 1976), surgiram com a finalidade de refletir sobre fenômenos linguísticos inexplicáveis por meio de uma gramática do enunciado.

Esses autores possuem alguns postulados em comum. Em primeiro lugar, consideram que *não há uma continuidade entre frase e texto* porque há, entre eles, uma diferença de ordem qualitativa e não quantitativa, já que a significação de um texto, segundo Lang (1972), constitui um todo que é diferente da soma das partes.¹¹ Além disso, consideram que *o texto é a unidade linguística mais elevada*, a partir da qual seria possível chegar, por meio de segmentação, a uni-

10. Todos os autores a seguir foram citados em Fávero e Koch (1988).

11. Lang (1972) é citado em Fávero e Koch, 1988, p. 63.

dades menores a serem classificadas. A segmentação e a classificação de um texto em unidades menores deveria, no entanto, sempre considerar a função textual dos elementos individuais, ou seja, que tipo de papel cada elemento desempenha em uma dada configuração textual. Por último, consideram que *todo falante nativo possui um conhecimento acerca do que seja um texto*, conhecimento este que não é redutível a uma análise frasal, já que o falante conhece não só as regras subjacentes às relações interfrásticas (a utilização de pronomes, de tempos verbais, da estratégia de definitivização etc.), como também sabe reconhecer quando um conjunto de enunciados constitui um texto ou quando se constitui em apenas um conjunto aleatório de palavras ou sentenças. Um falante nativo também é capaz de resumir e/ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, atribuir-lhe um título ou produzir um texto a partir de um texto dado, estabelecer relações interfrásticas etc. Assim, todo falante possuiria, segundo Charolles (1989), três capacidades textuais básicas, a saber:

- a) *capacidade formativa*, que lhe permite produzir e compreender um número potencialmente elevado e ilimitado de textos inéditos e que também lhe possibilita a avaliação, com convergência, da boa ou má-formação de um texto dado;
- b) *capacidade transformativa*, que o torna capaz de reformular, parafrasear e resumir um texto dado, bem como avaliar, com convergência, a adequação do produto dessas atividades em relação ao texto a partir do qual a atividade foi executada;
- c) *capacidade qualificativa*, que lhe confere a possibilidade de tipificar, com convergência, um texto dado, isto é, dizer se ele é uma descrição, narração, argumentação etc., e também a possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.¹²

Segundo Fávero e Koch (1983), se todos os usuários da língua possuem essas habilidades, que podem ser nomeadas genericamente como *competência textual*, poderia justificar-se, então, a elaboração de uma gramática textual¹³ que deveria ter basicamente as seguintes tarefas:

- a) verificação do que faz com que um texto seja um texto, ou seja, a busca da determinação de seus princípios de constituição, dos fatores responsáveis por sua coerência, das condições em que se manifesta a textualidade;

12. Charolles (1979) é citado em Koch e Travaglia, 1989, p. 42-43.

13. Para um maior aprofundamento sobre as diferentes gramáticas propostas, ver Fávero e Koch (1988).

- b) levantamento de critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma das características essenciais do texto;
- c) diferenciação de várias espécies de textos.¹⁴

É interessante ressaltar aqui que o projeto de elaboração de gramáticas textuais foi bastante influenciado, em sua gênese, pela perspectiva gerativista. Essa gramática seria, semelhante à gramática de frases proposta por Chomsky, um sistema finito de regras, comum a todos os usuários da língua, que lhes permitiria dizer, de forma coincidente, se uma sequência linguística é ou não um texto, é ou não um texto bem formado. Este conjunto de regras internalizadas pelo falante constitui, então, a sua competência textual.

No entanto, as tarefas enumeradas não conseguiram ser executadas a contento, apesar de todos os esforços de vários linguistas, como os anteriormente citados.¹⁵

Se, por um lado, o projeto revelou-se demais ambicioso e pouco produtivo, já que muitas questões não conseguiram ser contempladas (por exemplo, como estabelecer as regras capazes de descrever *todos e apenas todos* os textos possíveis em uma determinada língua natural?) e já que não se conseguiu construir um modelo teórico capaz de garantir um tratamento homogêneo dos fenômenos pesquisados, por outro lado, isso significou um deslocamento da questão: em vez de dispensarem um tratamento formal e exaustivo ao objeto “texto”, os estudiosos começaram a elaborar uma *teoria do texto*, que, ao contrário das gramáticas textuais, preocupadas em descrever a competência textual de falantes/ouvintes idealizados, propõe-se a investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

Nesse terceiro momento, adquire particular importância o tratamento dos textos no seu contexto pragmático,¹⁶ isto é, o âmbito da investigação se estende do texto ao contexto, este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos. Segundo Marcuschi (1998a), no final da década de setenta, a palavra de ordem não era

14. Fávero e Koch, 1988, p. 14.

15. Harald Weinrich publicou, em 1993, a sua *Gramática textual da língua alemã*, um trabalho desenvolvido durante um longo período pelo autor, onde ele põe em prática a ideia de finalmente elaborar uma Gramática Textual.

16. Para uma melhor compreensão dos estudos da Pragmática, ver capítulo referente a este campo no volume II desta obra.

mais a gramática de texto, mas a noção de textualidade,¹⁷ compreendida por Beaugrande como um “modo múltiplo de conexão ativado toda vez que ocorrem eventos comunicativos”.¹⁸ As mudanças ocorridas em relação às concepções de língua (não mais vista como um sistema virtual, mas como um sistema atual, em uso efetivo em contextos comunicativos), às concepções de texto (não mais visto como um produto, mas como um processo), e em relação aos objetivos a serem alcançados (a análise e explicação da unidade texto em funcionamento em vez da análise e explicação da unidade texto formal, abstrata), fizeram com que se passasse a compreender a Linguística de Texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem. Ou ainda, mais atualmente, segundo Marcuschi (1998a), pode-se desenhar a LT como “uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual, considerando a língua como não autônoma nem sob seu aspecto formal”.¹⁹ Passemos agora, então, a considerar os diversos conceitos de texto que predominaram em diferentes períodos.

2. CONCEITO DE TEXTO

Poderíamos iniciar esta parte, apresentando uma definição de texto, de preferência a mais atual e/ou a mais reconhecida no campo dos estudos sobre texto no Brasil, indo, digamos assim, direto ao ponto. Entretanto, se assim o fizéssemos, estaríamos apagando o fato de que os conceitos, por mais interessantes e explicativos que sejam em um determinado contexto histórico, são resultado de um longo processo de reflexões, de idas e vindas, de disputas de/entre diferentes sujeitos sobre um certo objeto em um determinado campo do conhecimento. Preferimos então, mesmo sacrificando um pouco o didatismo, tentar revelar aqueles que acreditamos serem os pontos mais importantes desta história²⁰ da construção do conceito de texto.

17. A noção de textualidade foi introduzida por Beaugrande e Dressler (1981), que propuseram sete princípios gerais de textualidade, a saber: a) coesividade; b) coerência; c) intencionalidade; d) aceitabilidade; e) informatividade; f) situacionalidade; g) intertextualidade. Trataremos, no item 3.1, dos princípios de b) a g) e, no item 3.2, do princípio da coesividade.

18. Marcuschi, L. A. *Rumos atuais da linguística textual*, 1998a.

19. Para um aprofundamento sobre a relativa autonomia do sistema linguístico, ver Franchi (1992).

20. Para um aprofundamento sobre a constituição do campo da Linguística Textual e sobre a evolução do conceito de texto, ver Fávero e Koch (1988).

A partir daqui, passaremos a uma reordenação dos momentos anteriormente apresentados, considerando não a constituição do campo e seus objetivos, mas, sim, a definição de texto predominante. Podemos afirmar que, em uma primeira fase dos estudos sobre textos, fase esta que engloba os trabalhos dos períodos da “análise transfrástica” e da “elaboração de gramáticas textuais”, acreditava-se que as propriedades definidoras de um texto estariam expressas principalmente na forma de organização do material linguístico. Em outras palavras, existiriam então textos (sequências linguísticas coerentes em si) e não textos (sequências linguísticas incoerentes em si). Segundo Koch (1997), nesta primeira fase, os conceitos de texto variaram desde “unidade linguística (do sistema) superior à frase” até “complexo de proposições semânticas”.²¹ A concepção que subjazia a todas essas definições era a de texto como uma estrutura acabada e pronta, como “produto de uma competência linguística social e idealizada”.²² Um conceito de texto que pode representar este período é o de Stammerjohann (1975):

O termo texto abrange tanto textos orais, como textos escritos que tenham como extensão mínima dois signos linguísticos, um dos quais, porém, pode ser suprido pela situação, no caso de textos de uma só palavra, como “Socorro!”, sendo sua extensão máxima indeterminada.²³

É possível perceber, nessa definição, uma ênfase no aspecto material e/ou formal do texto: sua extensão, seus constituintes. Nesse sentido, o texto é encarado como uma unidade que, apesar de teoricamente poder ser de tamanho indeterminado, é, em geral, delimitada, com um início e um final mais ou menos explícito. Ainda fazendo parte da fase em que o texto é visto como um produto acabado, como uma unidade formal a ser necessariamente circunscrita, há definições que priorizam o fato de o texto apresentar um determinado conjunto de conteúdos. Como exemplo, podemos citar aquela em que o texto é considerado como “um complexo de proposições semânticas”. Weinrich (1971) ressalta que os textos podem ser definidos a partir de aspectos diversos: “a) a sequência coerente e consistente de signos linguísticos; b) a delimitação por interrupções significativas na comunicação; c) o *status* do texto como maior unidade linguística”.²⁴ Essa definição, apesar de considerar, ao mesmo tempo, vários

21. Koch, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 21.

22. Garrafa, L. *Coerência e literatura infantil: introdução à análise textual de produções literárias*. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

23. Stammerjohann (1975) é citado em Fávero e Koch, 1988, p. 18.

24. Weinreich (1971) é citado em Fávero e Koch, 1988, p. 22.

aspectos (o da delimitação, o do sentido e do *status* no interior de uma teoria linguística da unidade “texto”), ainda pode ser vista como pertencente à primeira fase, quando o texto é visto como o elemento primeiro de pesquisa, sem que se considere o que Leontév (1969) afirma ser essencial: o fato de que “o texto não existe fora de sua produção ou de sua recepção”.²⁵

Considerar as condições de produção e de recepção dos textos significa, então, passar a encarar o texto não mais como uma estrutura acabada (produto), mas como parte de atividades mais globais de comunicação. Nesse sentido, nas palavras de Koch (1997), trata-se de tentar compreender o texto no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção.²⁶ Sendo assim, em uma segunda fase, aquela que abrange a elaboração de uma teoria do texto, a definição de texto deve levar em conta que:

- a) a produção textual é uma *atividade verbal*, isto é, os falantes, ao produzirem um texto, estão praticando ações,²⁷ atos de fala. Sempre que se interage por meio da língua, ocorre a produção de enunciados dotados de certa força, que irão produzir no interlocutor determinado(s) efeito(s), ainda que não sejam aqueles que o locutor tinha em mira. Dijk (1972) afirma que, em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de atos (em uma carta, por exemplo, podem realizar-se atos de saudação, pergunta, asserção, solicitação, convite, despedida, entre outros), há sempre um objetivo principal a ser atingido, para o qual concorrem todos os demais. O autor propõe, então, a noção de “macroato” de fala, aquele que estaria ordenando os demais. Além disso, não se pode esquecer que essas ações ou esses “macroatos” estão inseridos em contextos situacionais, sociocognitivos e culturais, assim como a serviço de certos fins sociais;
- b) a produção textual é uma *atividade verbal consciente*,²⁸ isto é, trata-se de uma atividade intencional, por meio da qual o falante dará a entender seus propósitos, sempre levando em conta as condições em que tal atividade é produzida; considera-se, dentro desta concepção, que o sujeito falante possui um papel ativo na mobilização de certos tipos de conhe-

25. Leontév (1969) é citado em Fávero e Koch, 1988, p. 22.

26. Koch, 1997, p. 21.

27. Sobre a concepção de que “dizer é fazer”, ver o capítulo *Pragmática* no volume 2 desta obra.

28. Esta concepção é, a nosso ver, aquela que constitui a principal diferença entre os estudos sobre o texto/discurso de base anglo-saxã e a chamada análise do discurso de linha francesa. O quadro teórico da análise do discurso de linha francesa não permite que se atribua à noção de sujeito nenhuma intencionalidade. Para um maior aprofundamento, ver o capítulo *Análise do Discurso* no volume 2 desta obra.

cimentos, de elementos linguísticos, de fatores *pragmáticos e interacionais*, ao produzir um texto. Em outras palavras, o sujeito *sabe* o que faz, como faz e com que propósitos faz (se entendemos que dizer é fazer);

- c) a produção textual é uma *atividade interacional*, ou seja, os interlocutores estão obrigatoriamente, e de diversas maneiras, envolvidos nos processos de construção e compreensão de um texto. Sobre esse aspecto, nada nos parece mais claro para explicar a noção de interação verbal do que o trecho que se segue:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra se apoia sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.²⁹

Não poderíamos deixar de seguir a forma como Koch (1997), em seu último livro, finaliza o problema da conceituação da unidade “texto”. A autora não só apresenta a sua própria formulação sobre o que é um texto, mas também a formulação de mais outros dois autores. Ao fazer isso, sinaliza para o fato de que sempre teremos à nossa disposição mais de uma definição de texto ou daquilo que se postula ser o objeto da Linguística Textual, importando, então, escolher aquelas que compartilhem pressupostos teóricos e que sejam passíveis de serem reconhecidas como estabelecendo relações de proximidade e complementariedade. Para concluirmos esta seção, apresentaremos duas das definições de texto mobilizadas pela autora, e em uma delas, além da definição de texto, são apresentados os objetivos da disciplina:

Poder-se-ia, assim, conceituar o texto, como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.³⁰

29. Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 113.

30. Koch, 1997, p. 22.

Proponho que se veja a Linguística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Seu tema abrange a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos, a coerência conceitual ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico, abordado no aspecto da coesão e, por outro lado, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear: portanto, dos níveis do sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.³¹

3. A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO TEXTO

Nesta seção, trataremos dos fenômenos da coerência e da coesão textuais. A coerência, segundo Koch (1997), “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”.³² A coesão, ainda segundo a autora, pode ser descrita como “o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual encontram-se interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido”.³³ Neste capítulo, também por razões de espaço, daremos maior ênfase aos aspectos relativos à coerência textual, do que aqueles relativos à coesão. Uma principal motivação para organizarmos o trabalho dessa maneira foi a própria natureza dos textos escolhidos como objetos de análise. Os dados, no entanto, não foram escolhidos apenas porque se constituíam em bons exemplos para a teoria a ser apresentada. Ao contrário, procuramos trazer textos diversos, que circulam em nossa sociedade e com os quais estamos em contato cotidianamente, de uma forma ou de outra. Letras de músicas, manchetes e/ou títulos de matérias jornalísticas, propagandas, artigos de opinião, trechos de colunas de jornal, entre outros, são, a nosso ver, o material linguístico que devemos tomar para a análise e compreensão dos processos de construção dos sentidos e do funcionamento da linguagem. Exatamente por reconhecer a complexidade dos processos de produção e compreensão dos textos nas diferentes situações comunicativas,

31. Marcuschi, L. A. *Linguística textual: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983. p. 12-13.

32. Koch, 1997, p. 41.

33. Koch, 1997, p. 35.

priorizamos uma espécie de leitura *top-down* dos textos analisados, ou seja, uma leitura que considere, primeiramente, os elementos subjacentes ao texto para uma primeira aproximação, para depois, então, tendo considerado os condicionamentos mais amplos a que os textos estão submetidos, passarmos a tentar compreender mais especificamente os recursos linguísticos mobilizados na superfície textual.

3.1. A coerência textual

Buscaremos, a partir de agora, apresentar os principais pontos de uma discussão central na Linguística Textual, a saber, aquela sobre as relações entre texto e coerência. Essa discussão começa a ocorrer a partir do momento em que se percebe que o(s) sentido(s) do texto não está/estão no texto em si, mas depende(m) de fatores de diversas ordens: linguísticos, cognitivos, socioculturais, interacionais. Isso se constitui em uma postulação legítima, já que os estudos sobre o texto não estavam mais centrados na construção de uma gramática textual, mas sim, na busca do que chamaram de “critérios de textualidade”. Para Koch e Travaglia (1989), “a textualidade ou a textura é aquilo que faz de uma sequência linguística um texto e não um amontoado aleatório de palavras. A sequência é percebida como texto quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global”.³⁴

A partir do estabelecimento dessas premissas, acontece o debate: existe o não texto? Alguns autores responderam que sim. Para Beaugrande e Dressler (1981), “texto incoerente é aquele em que o receptor (leitor ou ouvinte) não consegue descobrir qualquer continuidade de sentido, seja pela discrepância entre os conhecimentos ativados, seja pela inadequação entre conhecimentos e o seu universo cognitivo”.³⁵ Marcuschi (1983) também defende a existência de textos incoerentes.

Michel Charolles (1987a, *apud* Fávero e Koch, 1983) afirma que, a partir de meados da década de setenta, houve uma revisão das gramáticas de texto porque se verificou que as sequências de frases não eram coerentes ou incoerentes em si, mas que tudo dependia muito da situação em que estas sequências eram enunciadas e da capacidade do receptor de calcular o seu sentido. Charolles (1989), em seu clássico artigo *Introdução aos problemas da coerência dos textos*,

34. Koch, I. G. V.; Travaglia, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 26.

35. Beaugrande e Dressler (1981) são citados em Koch e Travaglia, 1989, p. 32.

afirma que não há textos incoerentes em si, porque não há regras de boa formação de textos (como há para as frases) que se apliquem a todas as circunstâncias e cuja violação, como na sintaxe das frases, levasse ao mesmo veredicto: é um texto, não é um texto. Segundo o autor, tudo vai depender muito dos usuários (do produtor e, principalmente, do receptor) do texto e da situação. Para o autor, quando estamos diante de um texto, nossa primeira atitude é a de sermos cooperativos para com ele, ou seja, sempre agimos como se este fosse coerente, fazendo tudo para compreendê-lo.

Charolles, a partir da década de oitenta, defende que a coerência de um texto é um “princípio de interpretabilidade”, ou seja, todos os textos seriam, em princípio, aceitáveis. No entanto, admite-se que o texto pode ser incoerente em/para determinada situação comunicativa. Em outras palavras: “o texto será incoerente se seu produtor não souber adequá-lo à situação, levando em conta intenção comunicativa, objetivos, destinatário, regras socioculturais, outros elementos da situação, uso dos recursos linguísticos etc. Caso contrário, será coerente”.³⁶

No entanto, nem todos são destinatários ou leitores cooperativos. Em uma matéria da revista *Veja*, de 6 de janeiro de 1999, intitulada *Qualquer nota* e com o subtítulo *Pretensiosas ou ingênuas, as letras sem sentido dão o tom na MPB*, o jornalista Celso Masson, na seção de música da revista semanal, emite julgamentos bastante categóricos a respeito do que ele chama de “falta de ideias para uma boa letra”. Olhando o título e o subtítulo, já podemos anteciper que o jornalista irá fazer uma pesada crítica à falta de conteúdo das letras da MPB de hoje. Um dos recursos que o autor utiliza para qualificar o referente textual “as letras da MPB” são as adjetivações bastante pejorativas em relação a este referente: “letras sem sentido”, “letras mais esquisitas”, “versos estapafúrdios”, “letras estranhas”, “letras que são apenas associações de palavras, encaixadas umas nas outras por sua sonoridade”, “versos misteriosos”, “pérolas”, “refrões pegajosos”. Sua crítica abrange tanto compositores mais consagrados como Caetano Veloso e Gilberto Gil, como outros compositores mais recentemente lançados como Chico César, Carlinhos Brown e Claudinho & Buchecha. Não continuaremos a mostrar os outros recursos que o autor do texto utiliza para sustentar sua argumentação. Tampouco pretendemos avaliar a análise feita pelo autor. Nossa intenção ao trazer este exemplo é o de mostrar que:

- a) os leitores e/ou destinatários podem emitir julgamentos sobre a coerência (sentido global) ou incoerência (falta de sentido global) das produções textuais que a eles são destinadas;

36. Koch e Travaglia, 1990, p. 50.

- b) os leitores e/ou destinatários podem chegar à conclusão de que nem todos os textos são, em princípio, aceitáveis; neste sentido, para eles, existem textos “sem sentido”, ou ainda, “incoerentes”;
- c) os leitores e/ou destinatários podem fazer julgamentos sobre a coerência ou incoerência de uma certa produção textual, levando em consideração apenas os esquemas textuais a partir dos quais esta produção se encontra estruturada; na matéria da revista *Veja*, por exemplo, é possível perceber, em um certo trecho, que o autor revela a sua preocupação com uma ausência da “estrutura narrativa da canção”; em outras palavras, este leitor possui uma determinada imagem do que seria o “verdadeiro” esquema textual ao qual as letras de música deveriam corresponder; seu julgamento está baseado em um certo descompasso que existe entre a imagem deste esquema textual que ele gostaria de ver atualizado ou expresso e aquilo que de fato é elaborado pelos compositores;
- d) os leitores e/ou destinatários podem emitir julgamentos de coerência ou incoerência sobre uma determinada produção textual, considerando apenas partes do texto com o qual tiveram contato; mais uma vez a matéria da revista *Veja* é um bom exemplo disso, já que o autor mostra apenas os trechos de algumas músicas, omitindo o resto das letras; esse foi o caso da letra da música do compositor MC Buchecha (da dupla Claudinho & Buchecha): se o jornalista não tivesse recortado apenas o trecho “Venero demais o meu prazer/Controlo o calendário sem utilizar as mãos”, mas tivesse reproduzido o texto,³⁷ provavelmente seria mais difícil emitir julgamentos tão severos; a expressão “versos misteriosos” talvez não se aplicasse aos versos em questão, caso o jornalista não emitisse seu julgamento baseado, principalmente, no recorte³⁸ feito por ele próprio da letra da música; de qualquer maneira, o importante é que o leitor ou o destinatário pode emitir julgamentos mais generalizantes

37. O texto completo da letra da música *Só Love*, é o que se segue: “Só Love, Só Love/ Só Love, Só Love/ Só Love, Só Love/ Só Love, Só Love/ Quero de novo com você/ Me atracar com gosto/ Corpo, alma e coração/ Venero demais o meu prazer/ Controlo o calendário sem utilizar as mãos/ Amor, vou esperar pra ter o seu prazer/ Seu corpo é mais quente que o sol/ Eu vivo a sonhar, pensando em você/ Delírios de jogar futebol/ E mesmo que arriscasse alguém/ Não seria tão bom quanto é/ Eu não vou confiar em ninguém/ E nem vou me envolver com qualquer/ Pra despir toda essa razão/ E a emoção transparecer/ Deixarei que os momentos se vão/ Pra amar, tem que ser você” (MC Buchecha).

38. Se este recorte apontasse o mau uso de elementos linguísticos e estruturais, com um alto grau de violação do código linguístico, poderíamos afirmar que estariam criadas as condições para o surgimento de uma incoerência local. No entanto, este não parece ser o caso dos versos em questão.

sobre uma determinada produção textual, mesmo considerando apenas algumas partes do texto, que prejudicariam, segundo a óptica do leitor ou destinatário, a compreensão global do texto;

- e) a atribuição da qualidade de “coerência” ou “incoerência” a uma determinada produção textual não é unânime; um mesmo texto pode ser qualificado por alguns leitores e/ou destinatários como incoerente, e, por outros, como coerente; mais uma vez, a matéria referida anteriormente é um exemplo disso: comentando o trecho da letra da música *Só Love*, “Venero demais o meu prazer/ Controlo o calendário sem utilizar as mãos”, o jornalista relata que o compositor MC Buchecha, ao ser indagado sobre o significado dos versos em questão, respondeu que se tratava de um manifesto antionanista (aqui considerando-se que o produtor do texto também é seu leitor); já o jornalista refere-se ao trecho acima como “perólas” e “versos misteriosos”;
- f) como já dissemos no início desta análise, a atitude do leitor ou destinatário ante uma determinada produção textual pode ser mais ou menos cooperativa; isso dependerá de uma série de fatores, entre eles, o próprio papel social do leitor ou do destinatário: um crítico de arte (seja ele especificamente crítico de música, de obras literárias, de artes plásticas etc.), um professor de língua e/ou de literatura, um editor chefe de uma redação de jornal, um assessor de editora etc., até porque suas atividades profissionais dizem respeito à compreensão analítica das diferentes linguagens, deverão ler e/ou ouvir os textos de maneira diferente daquela de outros leitores e/ou destinatários das mesmas produções textuais;
- g) finalmente, ao emitirem o julgamento sobre a coerência ou a incoerência de um determinado texto, os leitores ou destinatários das produções textuais podem não levar em consideração vários outros fatores, que podem contribuir para a construção de um sentido mais global.

Se atentarmos para as considerações feitas a partir da matéria da revista *Veja*, podemos confirmar a postulação de que a coerência é um princípio de interpretabilidade, ou seja, podemos perceber que a coerência de um texto não depende somente de uma correta decodificação dos sentidos presentes no texto, decodificação esta feita por meio da detalhada observação dos elementos linguísticos.

Em nossa vida cotidiana, imersos em nossa cultura ocidentalizada e letrada, quase desde sempre em contato com as mais diversas formas textuais, estamos, a toda hora, processando listas (telefônicas, de nomes de alunos com suas respectivas notas, de produtos com preços, entre outras), extratos bancários,

prestação de contas do condomínio, notificações de excessos no trânsito, ordens de serviço, dicionários, enciclopédias, editais de concursos, anúncios publicitários etc. como textos, porque atribuímos a essas sequências significados globais. No entanto, para cada um desses gêneros textuais, devem ser observadas certas condições: não os lemos da mesma maneira, e os princípios gerais aplicados, necessários para que o(s) sentido(s) global(is) seja(m) estabelecido(s), não vêm especificamente de nossa capacidade de decodificação do sistema linguístico, mas de nossa inserção na sociedade como um todo. Em outras palavras, a coerência de uma determinada produção textual depende de uma série de fatores, entre os quais alguns já apontados, tais como recursos linguísticos, conhecimento de mundo, papel social do leitor ou destinatário etc., e outros que serão apresentados logo a seguir, quando estivermos examinando textos, ou partes deles, tomados como legítimas unidades de análise. Vejamos o exemplo a seguir:

(5) Debaixo dos caracóis dos seus cabelos

(Roberto Carlos/Erasmus Carlos)

- | | |
|---|---|
| 1. Um dia a areia branca | 19. Um dia vou ver você |
| 2. Seus pés irão tocar | 20. Chegando num sorriso |
| 3. E vai molhar seus cabelos | 21. Pisando a areia branca |
| 4. A água azul do mar | 22. Que é seu paraíso |
| 5. Janelas e portas vão se abrir | 23. As luzes e o colorido |
| 6. Pra ver você chegar | 24. Que você vê agora |
| 7. E irão se sentir em casa | 25. Nas ruas por onde anda |
| 8. Sorrindo vai chorar | 26. Na casa onde mora |
| 9. Debaixo dos caracóis dos seus cabelos | 27. Você olha tudo e nada |
| 10. Uma estória pra contar | 28. Lhe faz ficar contente |
| 11. De um mundo tão distante | 29. Você só deseja agora |
| 12. Debaixo dos caracóis dos seus cabelos | 30. Voltar pra sua gente |
| 13. Um soluço e a vontade | 31. Debaixo dos caracóis dos seus cabelos |
| 14. De ficar mais um instante | 32. Uma estória pra contar |
| 15. Você anda pela tarde | 33. De um mundo tão distante |
| 16. E o seu olhar tristonho | 34. Debaixo dos caracóis dos seus cabelos |
| 17. Deixa sangrar no peito | 35. Um soluço e a vontade |
| 18. Uma saudade um sonho | 36. De ficar mais um instante |

O exemplo (5) pode nos ajudar a compreender, em primeiro lugar, como a *situação comunicativa* interfere na produção/recepção do texto. Segundo Koch e Travaglia (1990), a situação comunicativa tanto pode ser entendida em seu sentido estrito — contexto imediato da interação —, como pode ser entendida em seu sentido mais amplo, ou seja, o contexto sócio-político-cultural. Sobre a letra da música do exemplo (5), poderíamos dizer, somente a partir dos conteúdos nela expressos, que ela fala sobre uma pessoa que se encontra em um lugar distante, que não está feliz e que tem como sonho voltar para o seu lugar de origem. Os motivos pelos quais esta pessoa se encontra distante e triste não estão explicitados. No entanto, se tivermos conhecimento de alguns elementos relevantes do contexto sociocultural em que a letra foi produzida, como, por exemplo, o fato de que ela foi produzida quando vários intelectuais e artistas tiveram de sair do Brasil e viver no exílio em outros países, seria possível fazer uma outra leitura, ou seja, seria possível dizer que o poeta/locutor não fala simplesmente de uma pessoa triste em um lugar distante, mas dos sentimentos de tristeza e de vazio de uma pessoa quando esta se encontra no exílio, obrigada a ficar longe da sua gente, de sua cultura, do seu lugar: “Você anda pela tarde/ E o seu olhar tristonho/ Deixa sangrar no peito/ Uma saudade um sonho...”; ou ainda “As luzes e o colorido/ Que você vê agora/ Nas ruas por onde anda/ Na casa onde mora/ Você olha tudo e nada/ Lhe faz ficar contente/ Você só deseja agora/ Voltar pra sua gente...”.

O conhecimento da *situação comunicativa* mais ampla contribui para a focalização, que pode ser entendida como a(s) perspectiva(s) ou ponto(s) de vista pelo(s) qual(is) as entidades evocadas no texto passam a ser vistas, perspectivas estas que, com certeza, afetam não só aquilo que o produtor diz, mas também o que o leitor ou destinatário interpreta. Continuando a análise do texto, podemos afirmar que o conhecimento de um outro elemento da situação comunicativa pode contribuir para uma releitura do texto em questão. Por exemplo, se soubéssemos que o poeta/locutor do texto em questão tinha em mente uma pessoa específica, a qual procura homenagear com esta música, e se soubéssemos que a pessoa a quem o texto se refere é o poeta e compositor baiano Caetano Veloso, os versos a seguir significariam diferentemente para nós: “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos/ Uma estória pra contar/ De um mundo tão distante...”; “Um dia a areia branca/ Seus pés irão tocar/ E vai molhar seus cabelos/ A água azul do mar...”; “Um dia vou ver você/ Chegando num sorriso/ Pisando a areia branca/ Que é seu paraíso...”.

O fato de sabermos quem é o sujeito de quem esses versos falam, o fato de sabermos que ele é baiano, de sabermos que a Bahia é um dos estados litorâneos do Brasil, o fato de termos contato com a imagem do artista naquela época, com cabelos compridos e encaracolados, o fato de sabermos que ele passou um tem-

po morando em Londres, durante alguns anos do regime militar, o fato de termos tomado contato com um conhecimento mais específico sobre o referente textual nos faz olhar a letra da música com outros olhos e, a partir de então, a nossa interpretação não será mais a mesma. Temos aqui uma situação comunicativa reconstruída, de um tempo em que a liberdade era um valor apenas cultivado nos corações e mentes, sem poder ser experienciado plenamente, situação esta que podemos apenas vislumbrar, quando entramos em contato com a letra da música de Roberto e Erasmo.

Não estamos advogando que esta letra não é possível de ser interpretada sem o conhecimento de determinados elementos da situação comunicativa em que ela foi produzida. Isso seria negar a existência de sua poesia, da polissemia, da própria noção de coerência como um princípio de interpretabilidade. Seria negar o fato de que ela pode muito bem se ajustar a situações outras de distanciamento, de solidão, de tristeza. O que estamos simplesmente dizendo é que a situação comunicativa pode contribuir fortemente para a construção de um ou de mais de um sentido global para o texto. Uma boa análise textual deve levar em consideração este fator, sob pena de deixar de enxergar/mostrar as possibilidades das relações entre a linguagem e o mundo. Vejamos um outro exemplo em que podemos melhor discutir outros fatores de coerência:

(6) *E.C.T.*

(Nando Reis/Marisa Monte/Carlinhos Brown)

1. Tava com cara que carimba postais
2. Que por descuido abriu uma carta que voltou
3. Tomou um susto que lhe abriu a boca
4. Esse recado veio pra mim, não pro senhor
5. Recebo craque colante, dinheiro parco embrulhado
6. Em papel carbono e barbante
7. E até cabelo cortado, retrato de 3 × 4
8. Pra batizado distante
9. Mas, isso aqui, meu senhor,
10. É uma carta de amor
11. Levo o mundo e não vou lá
12. Levo o mundo e não vou lá
13. Levo o mundo e não vou lá
14. Levo o mundo e não vou lá
15. Mas esse cara tem a língua solta
16. A minha carta ele musicou
17. Tava em casa, a vitamina pronta
18. Ouvindo no rádio a minha carta de amor
19. Dizendo: eu caso contente, papel passado e presente
20. Desembrulhado o vestido
21. Eu volto logo, me espera
22. Não brigue nunca comigo
23. Eu quero ver nosso filho
24. O professor me ensinou fazer uma carta de amor
25. Leve o mundo que eu vou já

Esse é um texto que se constitui um excelente exemplo para análise de vários aspectos, tanto aqueles relativos à coerência, como os relativos à coesão textual. Em nossa análise, entretanto, daremos prioridade para alguns fatores de coerência, a saber, *o conhecimento de mundo, o conhecimento partilhado e as inferências*. Começaremos por aquilo que, a nosso ver, pode ser o maior responsável por uma certa dificuldade de compreensão do texto: o jogo de vozes, ou seja, a mudança não marcada textualmente de enunciador,³⁹ que contribui para que o texto apresente internamente diferentes perspectivas. Caso o leitor ou o destinatário não percebam a troca de enunciadores, a mudança no foco/na perspectiva, a compreensão do sentido global do texto pode ficar prejudicada. Vejamos como podemos proceder a esta análise:

- a) da linha 1 à linha 3, quem fala é o locutor (ou narrador) do texto; narrativa em 3ª pessoa;
- b) na linha 4, quem fala é o narrador do texto, mas como personagem da história; discurso direto da personagem, em um diálogo com a outra personagem;
- c) da linha 5 até a linha 8, quem fala é o “cara que carimba postais”, ou seja, um funcionário dos correios, respondendo à interpelação feita pela outra personagem;
- d) nas linhas 9 e 10, volta a falar o narrador, como personagem da história, dando continuidade ao diálogo com o funcionário dos correios;
- e) da linha 11 à linha 14, quem fala é o “eu poético” do funcionário dos correios;
- f) da linha 15 à linha 18, volta a aparecer a voz do narrador;
- g) da linha 19 à linha 24, quem fala é o enunciador da carta;
- h) na linha 25, quem fala é o “eu poético” do narrador, em resposta ao “eu poético” do funcionário dos correios.

Como podemos perceber, este texto é construído a partir de um emaranhado de pontos de vista. Não pretendemos esgotar aqui todas as configurações de

39. Segundo Koch (1987), a noção de enunciador é primeiramente proposta por Ducrot (1987), quando discute a questão da polifonia. A polifonia, ou melhor dizendo, o jogo de vozes no discurso, caracteriza-se pelo fato de o locutor de um texto incorporar em seu discurso asserções atribuídas a outros enunciadores (personagens do discurso), aos interlocutores, a terceiros, a pontos de vista diferentes ou até mesmo à opinião pública em geral. A autora ainda lembra que este termo é emprestado de Bakhtin (1970/1981) quando de sua análise do romance de Dostoiévski. Para um aprofundamento da noção de polifonia, ver Ducrot (1987) e Koch (1987 e 1997).

vozes ou perspectivas enunciativas nele presentes, mas tentaremos apresentar aquela que nos parece possível de ser sustentada pela teoria do texto aqui postulada. Temos, no mínimo, quatro vozes: a voz do narrador, a voz das duas personagens (o narrador como personagem e o funcionário dos correios) e a voz do enunciador da carta. Além dessas vozes, podemos dizer que tanto o narrador, como o funcionário dos correios sustentam cada um uma outra voz, a saber, os “eus poéticos”. Ambos são personagens complexas, heterogêneas, que dão voz, na mesma história, a diferentes sujeitos: de um lado, temos o funcionário dos correios que também se apresenta como poeta; de outro, temos o narrador, que é também personagem da história, destinatário da carta que aparece no interior da história e ainda parodiador da fala do funcionário/poeta.⁴⁰

Essas mudanças de perspectivas, em sua maioria, não se encontram marcadas, como é mais usual, nem por uma pontuação especial, nem por verbos *dicendi*. Apenas a introdução do esquema textual⁴¹ “carta pessoal”, dentro do esquema textual “letra de música” é marcada por um verbo *dicendi* (linha 19). Apresentar um esquema textual dentro de outro é um movimento bastante complexo. Provavelmente, por isso foi marcado de modo mais explícito.

Algumas marcas linguísticas, como os dêiticos (“Esse recado veio pra *mim*, não pro *senhor...*”; “Mas isso *aqui*, meu senhor, é uma carta de amor...”), podem nos oferecer pistas sobre quem está falando. Já as mudanças nas pessoas do discurso (de 3ª pessoa para 1ª, de 1ª pessoa para 3ª, de 1ª para 2ª) podem contribuir para que tenhamos a sensação de que o texto apresenta as chamadas incoerências locais.

No entanto, os diferentes enunciadores vão se seguindo e é a partir do estabelecimento de uma série de inferências por parte do leitor/destinatário e da ativação de seu conhecimento de mundo, que é possível reconstruir as situações narradas no texto e atribuir-lhes um sentido global. Além disso, devemos lembrar ainda que o leitor ou destinatário de uma determinada produção textual depende

40. Para compreender o diálogo no interior do texto entre estes “eus poéticos”, comparar os versos 11-14 com o verso 25; para tanto é preciso observar a mudança da 1ª pessoa do presente do indicativo, nos versos 11-14, para 3ª pessoa do imperativo, no verso 25; além disso, observar também a mudança de perspectiva que ocorre com os diferentes encadeamentos posteriores: “e não vou lá”, nos versos 11-14, e “que eu vou já”, no verso 25.

41. À medida que vivemos, tomando contato com o mundo que nos cerca e experienciando uma série de fatos e situações, adquirimos um certo conhecimento de mundo. Esse conhecimento encontra-se armazenado em nossa memória em forma de blocos (modelos cognitivos). Um desses blocos é o que se chama de esquemas textuais ou superestruturas textuais, que são os nossos conhecimentos sobre os diversos tipos de texto.

do conhecimento partilhado sobre o que está sendo focalizado para interpretar as palavras e/ou enunciados num sentido apropriado.

Começando pelo título da música, a partir do seu conhecimento sobre o que significa a sigla “E.C.T.” em nosso país, a saber, a Empresa de Correios e Telégrafos, o leitor já ativa um determinado *frame* (conhecimento de senso comum sobre um conceito central, e seus componentes podem ser trazidos à memória sem uma ordem ou sequência), a partir do qual irá situar o texto. No caso, o *frame* é “Correios” e o leitor, então, poderá situar o contexto institucional tematizado pelo texto.

Para compreender o texto, no entanto, o leitor terá de mobilizar uma outra forma de organização do conhecimento na memória, a saber, os *esquemas* (conjunto de conhecimentos ordenados numa progressão, de modo que se podem estabelecer hipóteses sobre o que será feito ou mencionado no universo textual). Ao entrar em contato com o texto, precisamos partilhar um certo tipo de conhecimento sobre o funcionamento dos Correios, funcionamento este que obedece a uma determinada ordem. Por exemplo, sabemos que caso uma correspondência deixe de ser entregue ao seu destinatário, seja por que motivo for, ela volta para os Correios, para que seja devolvida ao seu remetente e, neste percurso de volta, deve ficar por um período na instituição. Um outro exemplo é o seguinte: sabemos que a correspondência de uma pessoa é inviolável; por isso, faz sentido o encaideamento construído pelo narrador para a sua história: o funcionário “tomou um susto que lhe abriu a boca” (linha 3) provavelmente por ter sido descoberto em ato de violação da lei ou porque não esperava ser descoberto etc.

Se a pessoa que está aguardando a correspondência percebe a demora na entrega, ela irá encaminhar-se aos Correios com o objetivo de tentar encontrá-la. Isso já se constitui em um *plano*, outra forma de conhecimento que consiste em saber como agir em uma determinada situação para alcançar um determinado objetivo.

Essas formas de conhecimento de mundo (esquemas, planos) são fundamentais para que possamos atribuir sentido aos versos “Tava com cara que carimba postais/ Que por descuido abriu uma carta que voltou/ Tomou um susto que lhe abriu a boca...”.

Um outro elemento muito importante para que possamos entender este texto é o estabelecimento de *inferências*. Os diversos tipos de conhecimento de mundo (ou modelos cognitivos, a saber, os *frames*, os *esquemas*, os *planos*) que precisamos partilhar com o produtor do texto estão implícitos e foram inferidos por nós. Não se encontra explícito no texto o fato de que alguém se dirigiu aos Correios porque estava esperando uma carta. Vejamos como Koch e Travaglia

(1990) se referem ao papel desempenhado pelas inferências na compreensão global do texto:

Quase todos os textos que lemos ou ouvimos exigem que façamos uma série de inferências para podermos compreendê-lo integralmente. Se assim não fosse, nossos textos teriam que ser excessivamente longos para poderem explicitar tudo o que queremos comunicar. Na verdade é assim: todo texto assemelha-se a um *iceberg* — o que fica à tona, isto é, o que é explicitado no texto, é apenas uma parte daquilo que fica submerso, ou seja, implícito. Compete, portanto, ao receptor ser capaz de atingir os diversos níveis de implícito, se quiser alcançar uma compreensão mais profunda do texto que ouve ou lê.⁴²

As ações relatadas pelo narrador (a pessoa ir aos Correios com o objetivo de recuperar uma carta, plano este que não se encontra referido no texto) fazem-nos inferir que a personagem estava aguardando uma correspondência. Essa inferência só é possível ser feita porque partilhamos com o produtor do texto um conhecimento sobre o funcionamento dos Correios: o remetente, caso sua correspondência não seja entregue, recebe-a de volta. O remetente não precisa ir aos Correios para recuperar a correspondência que enviou. Quem precisa ficar atento, se está esperando alguma correspondência, é o destinatário. Considerando esses conhecimentos, podemos afirmar que a personagem que narra a história é o destinatário da carta que voltou. Isso pode ser confirmado pelo verso “Este recado veio pra mim, não pro senhor” (linha 4), fala da personagem, destinatário da carta, em diálogo com o funcionário dos Correios, ao reclamar do fato de ele (o funcionário) ter lido a sua carta.

Podemos ainda estabelecer outras inferências, a partir do conteúdo da carta enviada à personagem. Podemos inferir, por exemplo, a partir de nosso conhecimento sobre determinados modos de agir altamente estereotipados em uma dada cultura, chamados *scripts*,⁴³ que o narrador é uma mulher, já que o enunciador da carta que ela recebe lhe diz que já volta e lhe pede que ela espere por ele. Podemos chegar a esta conclusão por sabermos que em nossa cultura, em geral, quem se ausenta é o homem, que parte em busca de emprego, em

42. Koch e Travaglia, 1990, p. 65.

43. “*Scripts* são planos estabilizados, utilizados ou invocados com muita frequência para especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas. Diferem dos planos por conterem uma rotina preestabelecida. Trata-se de um todo sequenciado de maneira estereotipada, inclusive em termos de linguagem, ou seja, como se age verbalmente numa situação” (Koch e Travaglia, 1989, p. 65). Para um maior aprofundamento sobre os modelos cognitivos, ver Dijk (1992).

outra cidade. Esta inferência pode ser estabelecida a partir do verso “Eu volto logo, me espera” (linha 21). Para reforçar nossa hipótese, ainda contamos com uma outra informação presente na carta: “Eu quero ver nosso filho” (linha 23). A pessoa que escreve para o narrador não está com o filho; logo, inferimos que quem está com o filho é o destinatário da carta, ou seja, a mãe, considerando que normalmente é a mulher quem fica com os filhos quando o pai se ausenta. Além disso, a presença do pronome possessivo “nosso” no verso “Eu quero ver nosso filho” permite-nos inferir que se trata de uma comunicação entre os pais de uma criança.

Por último, gostaríamos de comentar as inferências que podem ser estabelecidas a partir do verso “Eu caso contente, papel passado e presente” (linha 19). Podemos afirmar que este verso inicial faz parte de uma carta-resposta (dentro da história relatada pela narradora). Essa hipótese pode ser confirmada caso consideremos que a própria estrutura dialógica da letra pressupõe, para o aparecimento do verso da linha 19, o que Sanford e Garrod (1981) denominam de “cenário interpretativo de um texto”:⁴⁴ uma mulher pergunta a um homem, “Você casa comigo?”, então, ele responde, “eu caso contente, papel passado e presente”. Dado este cenário interpretativo, ficariam justificados tanto o caráter de carta-resposta (considerando aqui não só o seu enunciado inicial, como também todo o conteúdo que se segue), como também a própria expectativa da narradora/personagem em receber esta resposta, o que a levou a colocar em funcionamento o plano de ir aos Correios reclamar pela carta que lhe seria endereçada. Que maior prova de amor do que aceitar um pedido de casamento?

Neste momento, os leitores poderiam nos perguntar sobre qual poderia ser a nossa hipótese a respeito dos motivos que levaram a narradora/personagem a escrever um pedido de casamento, já que, em nossa sociedade, este é um papel tradicionalmente reservado ao homem. Há alguns indícios na própria carta, mas deixaremos ao leitor a possibilidade de construir a sua hipótese de leitura.

Como dissemos no início da análise desta letra de música, não pretendemos esgotar aqui todas as estratégias de processamento, mobilizadas na produção e recepção desse texto. Com base nas postulações de Koch (1997), podemos afirmar que estivemos centrados até aqui na análise das estratégias cognitivas efetuadas pelos interlocutores, compreendidas como aquelas que dizem respeito ao uso do conhecimento (conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, conhecimento do contexto sociocultural). Em outras palavras, segundo a autora,

44. Sanford e Garrod (1981) são citados por Koch e Travaglia, 1989, p. 65.

“as estratégias cognitivas, em sentido restrito, são aquelas que consistem na execução de algum cálculo mental por parte dos interlocutores”.⁴⁵

Não foi possível discutir os outros tipos de estratégias de processamento textual,⁴⁶ a saber, as estratégias sociointeracionais ou algumas outras estratégias textuais. Não tratamos, por exemplo, do caráter oral do texto, não fizemos uma discussão mais aprofundada sobre a sua estrutura dialógica, sobre a presença de alguns elementos de coesão etc. Nosso objetivo foi o de tentar exemplificar como se pode proceder a uma análise considerando o texto como resultado de uma atividade verbal, que revela determinadas operações linguísticas e cognitivas, efetuadas tanto no campo de sua produção, como no de sua recepção.

Há outros fatores também importantes para a compreensão do sentido global de um texto. A *intertextualidade* é um desses outros fatores. Koch (1990) afirma que a intertextualidade é um fator de coerência importante na medida em que, para o processamento cognitivo de um texto, se recorre ao conhecimento prévio de outros textos. Para Barthes (1974), “[...] todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis”.⁴⁷ Isso significa que

todo texto é um objeto heterogêneo que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude ou a que se opõe. [...] Essas formas de relacionamento entre textos são, como se verá, bastante variadas.⁴⁸

Em nossas práticas cotidianas de linguagem, não percebemos o quanto os produtores utilizam-se dessa rede de relações entre os textos, ao elaborarem os seus próprios textos, e o quanto nós, leitores ou destinatários, não percebemos que, ao processarmos o que lemos ou ouvimos, muitas vezes nos utilizamos de nosso conhecimento sobre outros textos, para atribuir sentido global às diversas formas textuais com as quais estamos em contato. Vejamos os exemplos abaixo:

- (7) *Ligações Perigosas de Frankie* (subtítulo: máfia, presidentes, mulheres e jornalistas). Título de uma matéria publicada no Caderno B do *Jornal do Brasil*, de 16/5/1998, sobre Frank Sinatra.

45. Koch, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto. p. 29.

46. Para um maior aprofundamento sobre os tipos de estratégias de processamento textual, ver Koch (1997).

47. Barthes (1974) é citado por Koch, 1997, p. 46.

48. Koch, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 46.

- (8) *Algum poder ao povo*. Título de uma matéria publicada no Caderno Internacional do *Jornal do Brasil*, de 16/5/1998, sobre os conflitos na Indonésia.
- (9) *Entre beijos e tapas*. Título de um texto de crítica de teatro, publicado no Caderno B do *Jornal do Brasil*, de 16/5/1998.
- (10) *Dizem que a primeira copa a gente nunca esquece. Essa, então, ficará na memória para sempre. É a última do século e tem que dar Brasil*. Fala de Roberto Carlos, lateral da Seleção Brasileira convocado para a Copa de 1998, no *Correio Popular*, jornal de Campinas, São Paulo, 15/8/1998.
- (11) *Quem não fizer o PIC Carnaval é ruim da cabeça. Ou doente do pé* (propaganda do Banco Itaú de um tipo de poupança que dá prêmios).
- (12) *De volta para o futuro*. Título da matéria de capa do Caderno Ilustrada da *Folha de S. Paulo*, de 2/1/1999, sobre o escritor paulistano Jerônimo Monteiro, pai da ficção científica brasileira.

Os exemplos de (7) a (12) podem ser classificados como o tipo de intertextualidade que Sant'anna (1985) chama de *intertextualidade de semelhanças*. Antes de passarmos a uma análise do que significa essa expressão, vejamos a que textos remetem os textos dos exemplos: o título (7) retoma o título do filme *Ligações Perigosas*, do diretor Stephen Frears; o título (8) remete ao dito “Todo poder ao povo”; o título (9) remete à música *Entre tapas e beijos*, de Leandro e Leonardo; o título (10) remete ao dito “o primeiro beijo, a gente nunca esquece”; o título (11) remete ao verso “quem não gosta de samba, bom sujeito não é, é ruim da cabeça, ou doente do pé”, da música *Samba da minha terra*, de Dorival Caymmi; o título (12) retoma o título do filme *De volta para o futuro*, do diretor Robert Zemeckis.

Dizemos que esses exemplos incorporam o intertexto, para seguir-lhe a orientação argumentativa.⁴⁹ Em outras palavras, os textos dos exemplos de (7) a (12) reafirmam os intertextos retomados, reafirmam os seus conteúdos proposicionais e ainda orientam o leitor para concluir de forma semelhante àquela do texto-fonte. Sendo assim, podemos dizer que esses exemplos propõem uma

49. O conceito de orientação argumentativa somente pode ser compreendido se considerarmos que ao estabelecermos relações por meio da linguagem, pretendemos, de fato, atuar sobre os outros de determinada maneira, obter deles determinadas reações; é nesse sentido que o uso da linguagem é dito como essencialmente argumentativo, ou seja, ao enunciarmos o que enunciamos, pretendemos orientar os sentidos dos enunciados na direção de determinadas conclusões e não de outras. Para uma melhor compreensão da dimensão argumentativa da linguagem, ver Ducrot (1977 e 1987), Vogt (1980), Guimaraes (1987) e Koch (1987).

adesão ao que é dito no texto original. É neste sentido que Maingueneau (1976) postula para esse tipo de fenômeno um valor de captação de um texto por outro. Há uma pequena modalização no exemplo (8), pelo uso do pronome indefinido “algum”, mas o enunciado tenta orientar o leitor para a mesma direção da argumentação “o povo é quem deve decidir, o povo é quem deve mandar.”

Os exemplos de (7) a (12) retomam outros textos por motivos diferentes. Por exemplo, os objetivos de uma propaganda (11) são diferentes dos objetivos de matérias jornalísticas (7, 8 e 12), de um artigo de opinião (9), de uma opinião pessoal de alguém sobre determinado assunto (10). Mas não se pode negar que todos eles, ao serem elaborados a partir de um outro texto, de domínio mais ou menos público, revelam um pouco dessa nossa habilidade de brincar com a linguagem, de nos utilizarmos dela com grande desenvoltura para conseguirmos os efeitos desejados. Isso no campo da produção. Já no campo da recepção, pode-se dizer que conhecer o texto-fonte permite ao leitor justamente perceber este jogo, mas isso não significa dizer que ele não será capaz de compreendê-lo, caso não conheça o texto retomado. Se o leitor não fizer o reconhecimento do texto-fonte e/ou não conseguir perceber os motivos de sua reapresentação, provavelmente vai encará-lo como um evento novo, atribuindo-lhe, assim, o sentido global possível de ser produzido.

Um exemplo dessa possibilidade de leitura é o desenho *Os Simpsons*. Nos desenhos da série, acontecem remessas a outros textos, principalmente a filmes, quase sempre no sentido de parodiá-los, ironizá-los. Neste caso, teríamos o que Sant’Anna (1985) chama de *intertextualidade das diferenças*, que consiste em representar o que foi dito para propor uma leitura diferente e/ou contrária. Maingueneau (1976) postula para este tipo de fenômeno um valor de subversão de um texto por outro texto.

Em um dos episódios do desenho mencionado, a família toda, ao mudar-se para uma casa assombrada, passa a agir e a falar como várias personagens de filmes de suspense ou de terror. Uma das cenas retomadas é a clássica cena do filme *Psicose*, de Alfred Hitchcock, em que o assassino mata com uma faca uma outra pessoa. Uma criança que assista ao desenho, provavelmente, não deverá estabelecer as relações intertextuais ali mobilizadas, já que os textos retomados não são de seu conhecimento. Mas muito dificilmente deixará de atribuir um sentido global ao episódio. Podemos concluir, então, que o estabelecimento de relações intertextuais depende do conhecimento prévio e consciente dos textos-fontes por parte do leitor.

Koch e Travaglia (1990) afirmam que o fenômeno da intertextualidade é muito comum entre as matérias jornalísticas de um mesmo dia ou de uma mesma

semana, na música popular, em nossas apropriações de provérbios e ditos populares, em textos literários, publicitários etc. Os autores afirmam ainda que as relações entre textos podem ser explícitas ou implícitas. Os exemplos de (7) a (12) são exemplos de intertextualidade implícita porque neles não se encontra indicação da fonte. Nesse caso, o receptor, como já dissemos anteriormente, deverá ter os conhecimentos necessários para recuperá-la. Vejamos alguns exemplos de intertextualidade explícita:

- (13) *Eu demito, diz FHC sobre aliado que votar contra*. Título de uma matéria da *Folha de S.Paulo*, de 24/12/1998, sobre as consequências das possíveis infidelidades partidárias da base governista.
- (14) *Eucaristia não é show*, diz bispo de MT. Título de uma matéria da *Folha de S.Paulo*, de 13/12/1998, onde D. Pedro Casaldáglia comenta o estilo de celebração do padre Marcelo Rossi.
- (15) *Não sou gerente da crise*, diz FHC. Título da manchete de capa da *Folha de S.Paulo*, de 2/1/1999, a respeito do discurso de posse do presidente da República, no Congresso Nacional.

Segundo Koch e Travaglia (1990), o discurso relatado (exemplos 13, 14 e 15), as citações e referências no texto científico, resumos, resenhas, traduções, retomadas da fala do parceiro na conversação face a face etc., constituem-se em exemplos de intertextualidade explícita, porque neles ocorre a indicação da fonte do texto primeiro. O que é interessante notar em todos os exemplos citados anteriormente retirados de jornais é que o recurso à intertextualidade (explícita e implícita) é bastante utilizado pelos produtores deste gênero textual, principalmente nos títulos.

Uma hipótese explicativa possível para a presença maciça deste recurso em títulos de matéria jornalística, seja ela de jornal ou de revista, é a tentativa de chamar a atenção do leitor, por meio de um uso diferenciado dos recursos linguísticos (no caso dos exemplos de intertextualidade implícita). Além disso, pode também ocorrer a pressuposição de que o leitor, ao acionar seus conhecimentos prévios sobre o texto-fonte ao qual o título remete, produza uma imagem positiva sobre a instituição jornalística e/ou sobre o produtor do texto, pelo fato de perceber a presença de uma certa criatividade na produção do gênero textual em questão (ver julgamentos do tipo “puxa, que inteligente este título, ou esta publicidade etc.”).

Já o fenômeno da citação é considerado, por vários estudiosos do texto e do discurso, como fundamentalmente ambíguo. Se, por um lado, como diz Main-

gueneau (1989), o locutor do texto jornalístico se distancia daquilo que é dito, ao atribuir aqueles conteúdos explicitamente a outrem, por outro lado, ele pode estar concordando com aquilo que é dito, sem necessariamente responsabilizar-se por isso.⁵⁰ Considerando que as falas escolhidas para servirem de títulos para matérias jornalísticas não são de qualquer um, ou seja, que esta escolha, em geral, tem a ver com a autoridade de quem fala, com a importância atribuída ao que é dito, com o interesse que a fala poderá despertar nos leitores etc., podemos afirmar que o recurso à intertextualidade explícita está estreitamente ligado às suas condições de possibilidade: ou seja, as citações nos títulos de matérias jornalísticas ou mesmo em manchetes não são feitas da mesma maneira, não possuem a mesma força e não estão funcionando da mesma forma que as citações feitas em um texto científico ou em um romance. A nosso ver, o recurso à citação em títulos está estritamente ligado ao contexto institucional de produção, a saber, a instituição jornalística. Os locutores nela inseridos, ao produzirem seus textos, são levados a explorar ao máximo os recursos de linguagem que lhes ofereçam a possibilidade de se constituírem como simples “mediadores” entre o público e a informação. Assim, estaria reforçada a ideologia da “objetividade” e da “neutralidade”, tão cara a determinados tipos de texto e/ou discursos, entre eles, o jornalístico. Não pretendemos esgotar aqui a discussão sobre o funcionamento deste fenômeno, mas apenas apontar algumas possíveis explicações para o aparecimento de determinados recursos nos textos escolhidos para serem analisados.

Por último, gostaríamos de discutir mais especificamente os dois exemplos a seguir:

- (16) *Vendas de veículos caem 45% no varejo* (comparação entre outubro do ano passado e outubro deste ano). Título de uma matéria de 1ª página da *Folha de S.Paulo*, de 28/10/1998.
- (17) *Melhora a venda de carro popular* (naquela semana, houve um crescimento de 10 pontos em comparação com a semana anterior). Título de uma matéria de 1ª página do *Correio Popular*, jornal de Campinas, de 28/10/1998.

O que mais nos chama a atenção nesses dois exemplos é o fato de que as duas informações, aparentemente contraditórias entre si, aparecem com o mesmo

50. O conceito de intertextualidade é também discutido por Maingueneau (1976 e 1989) a partir do quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa. O autor postula ainda o conceito de *interdiscursividade*, conceito este que é discutido no capítulo *Análise do Discurso* no volume 2 desta obra.

destaque em dois jornais de São Paulo, no mesmo dia. Em uma, afirma-se que houve uma queda na venda de carros. Na outra, afirma-se que houve um aumento na venda de carros. Quem estaria dizendo a verdade? Qual seria a informação mais correta? Apesar de muito correntes e de aparente interesse geral, essas são perguntas que uma análise textual não se propõe a responder, dado que admitimos que um texto sempre será constituído de uma multiplicidade de significações, tudo dependendo de diversos fatores, entre eles, a intenção de quem produz e, da parte do leitor ou destinatário, a disponibilidade de aceitar aquilo que é dito.

Lendo os conteúdos das matérias, podemos perceber que os índices de comparação são muito diferentes. No exemplo (16), o índice é a comparação do número de vendas de carros no espaço de um ano; no exemplo (17), o índice é a comparação do número de vendas de carros no espaço de uma semana. Há ainda uma outra diferença a ser considerada: no exemplo (16), fala-se das vendas de carros em geral; já no exemplo (17), fala-se apenas das vendas de carros populares.

Um dos fatores de coerência que nos pode ajudar a compreender esse fenômeno é a *intencionalidade*. Segundo Koch e Travaglia (1990), “a intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados”.⁵¹ Para os autores, a intencionalidade tem uma relação estreita com a argumentatividade.⁵² Não devemos entender aqui a noção de intencionalidade de uma forma simplista. Segundo Vogt (1980), a noção de intencionalidade é linguisticamente constituída. Ela se deixaria representar, de uma certa forma, no enunciado, por meio do qual se estabelece um jogo de representações, que pode ou não corresponder a uma realidade psicológica ou social. Isso significa dizer que não há uma necessária consciência, no momento da produção textual, desta argumentatividade, constitutiva de toda a atividade verbal. No entanto, as formas linguísticas utilizadas revelam certas intenções.

51. Koch e Travaglia, 1990, p. 79.

52. Koch (1987) nos esclarece sobre a argumentatividade na linguagem: “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade — tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia — a de sua própria objetividade” (Koch, 1987, p. 19).

No caso dos exemplos (16) e (17), a argumentatividade, ou seja, a existência de uma determinada intenção ou objetivo por parte de quem produz um texto, pode ser percebida pela presença de uma determinada informação em detrimento de outra e pela forma de apresentação desta informação. Esses dois elementos constituiriam, enfim, o sentido do enunciado. No exemplo (16), a queda na venda de veículos é a informação apresentada. A forma de apresentação dessa informação é feita com o uso do tempo verbal no presente do indicativo (o que denota a certeza do locutor sobre o que fala) e de um recurso argumentativo clássico: a apresentação de dados numéricos (o que constrói um efeito de verdade, já que “os números não mentem”).

No exemplo (17), a informação é o contrário daquela apresentada no exemplo anterior: melhoria na venda de veículos populares. Essa seria a principal diferença. Mas não é só isso: a forma de apresentação da informação também é diferente. A utilização do verbo “melhorar” produz um efeito menos definido do que aquele apresentado pelo verbo “cair” do enunciado anterior, já que “melhorar” exprime um conceito subjetivo, apresentado em escalas graduadas, escalas estas que dependem, principalmente, da conclusão a que se pretende levar o interlocutor: aumentar em 10% o número de vendas dos carros pode significar uma melhoria, em uma determinada escala de valores; pode significar um estacionamento, em outra escala de valores, e pode até significar um decréscimo em outra. Não estamos querendo dizer aqui que um exemplo é mais exato ou verdadeiro do que outro. O que estamos tentando mostrar é que a intencionalidade é construída linguisticamente, que esta construção pode ser observada por meio das formas do dizer e não só pelos conteúdos expressos nos textos.

Daremos agora um outro exemplo, para finalizar a discussão sobre intencionalidade e sua relação com um outro fator, a *informatividade*:

- (18) “Quem ganha, quem perde. Pesquisa Datafolha mostra que Ciro Gomes (PPS) é, até agora, quem mais ganhou com o desgaste do Presidente. No cenário da eleição sem FHC, fica pouco atrás do petista Lula (22% a 27%), mas abocanha a maior parte do eleitorado tucano em 98: 21%” (texto retirado da coluna “Painel”, da *Folha de S. Paulo*, de 16/2/1998).

O fator *informatividade* diz respeito ao grau de previsibilidade das informações que estarão presentes no texto, se essas são esperadas ou não, se são previsíveis ou não. Além disso, é a informatividade que vai determinar a seleção e o arranjo da informação no texto, de modo que o receptor possa calcular-lhe o sentido com maior ou menor facilidade (Koch e Travaglia, 1990). Não pretendemos fazer uma discussão muito longa sobre o exemplo (18). Só pretendemos

mostrar como o arranjo das informações presentes no texto está condicionado pelas intenções de seu locutor e como estas intenções são reguladas pelo contexto situacional mais amplo de produção do texto.

No exemplo (18), a informação tematizada é quem seria o possível candidato “vencedor” na eleição presidencial de 1998. Podemos dizer que essa nota possui um grau médio de informatividade, já que os candidatos listados na pesquisa eram os mesmos das eleições anteriores.

A nota inicia com um enunciado que se propõe a revelar “quem mais ganha”. No primeiro enunciado, o candidato apontado como o “vencedor” é Ciro Gomes, do PPS. No entanto, no enunciado seguinte, começa a se esboçar como se deu o arranjo da informação nesta nota. Em primeiro lugar, o predicado “ganhar” não diz respeito ao conjunto total dos eleitores, mas se refere ao conjunto de eleitores que votaram em FHC. Contudo, isso só é revelado na construção “*A mas B*”, que vem logo a seguir, onde sabemos que o argumento mais forte (“abocanha a maior parte do eleitorado tucano em 98: 21%”) vem após o *mas*. Sendo assim, o universo no qual o verbo “ganhar” faz sentido somente é revelado na última oração do texto.

Além disso, os números que revelam o candidato Lula vencendo o próprio candidato Ciro Gomes, construído como “o vencedor” pelo locutor da nota, aparecem entre parênteses, numa ordem que também pode causar alguma imprecisão no cálculo de sentido a ser produzido pelo leitor. Para minimizar a informação de que Lula é o candidato apontado como vencedor pela própria pesquisa mobilizada pelo locutor, este se utiliza do advérbio “pouco” e do arranjo sintático em que o referente textual (Ciro Gomes), apesar de não ser o vencedor na pesquisa, ainda é sujeito da ação, mesmo subentendido: “Fica pouco atrás do petista Lula”.

Nos exemplos (16), (17) e (18), podemos perceber que as informações presentes nos noticiários⁵³ não são neutras. Elas podem ser arranjadas para produzir efeitos muito específicos: no caso do exemplo (16), uma notícia que afirma uma queda em 45% nas vendas de carros, muito provavelmente nos aponta para a construção de uma imagem pouco positiva da situação econômica do país; no mesmo dia, uma outra notícia, exemplo (17), que relata uma melhora na venda de carros populares, muito provavelmente nos aponta para a construção de uma imagem um pouco mais positiva da situação econômica do país; uma nota (18) sobre uma possível vitória de um determinado candidato nas próximas eleições

53. Para uma análise mais aprofundada sobre as notícias como discurso, ver Dijk (1992).

presidenciais nos aponta para a construção de uma imagem bastante positiva do candidato em questão.

Não foi possível discutir todos os fatores de coerência que contribuem para a construção do sentido global do texto. Também não foi nosso objetivo, como já dissemos anteriormente, esgotar as leituras possíveis dos exemplos apresentados. Tivemos apenas o intuito de apresentar textos com os quais temos contato cotidianamente e fazer análises que pudessem contribuir para uma melhor observação, como profissionais da linguagem, dos processos socio-cognitivos envolvidos na construção dos sentidos. Nas análises dos últimos exemplos, já começamos a mobilizar os nossos conhecimentos sobre a forma de organização dos recursos linguísticos na superfície textual, ou seja, sobre alguns mecanismos de coesão. Passemos agora a discutir mais especificamente alguns aspectos relativos a esses mecanismos.

3.2. A coesão textual

Para fazer uma análise de alguns aspectos da coesão textual, escolhemos o trecho a seguir:

(19) *Quem são eles*

1. Nas mãos deles, 169 milhões de vidas, o destino de um país gigante e uma crise brutal, com risco até de congestões capazes de ferimentos profundos no regime constitucio-nal e na tranquilidade relativa dos brasileiros.

2. Tudo foi dado a eles: o sacrificio de direi-tos, o sacrificio de milhões de empregos, o sacrificio de incontáveis empresas brasileiras, o sacrificio da legitimidade do Congresso, o sacrificio do patrimônio nacional, o sacrificio da Constituição. E eles quebraram o país.

3. Quem são eles? Um presidente abúlico, alheio a todas as realidades desprovidas de pompas e reve-rências e que só reconhece um ser humano, por acaso ele próprio; avesso a administrar, por desco-nhecimento agravado pela indecisão, e que se ocupa tanto de bater papo quanto não se ocupa de trabalhar.

4. Como complemento, um ministério apenas pró-forma, desautorizado pela evidência de que não foi montado para ser competente, mas por negócio político.

E nele uma equipe econômica dividida entre inse-guros eternos, como Pedro Malan, e a audácia dos imaturos no saber e na menta-lidade, como Gustavo Franco e Francisco Lopes.

5. Em 36 horas, entre quarta e sexta-feira, o presi-dente e seus orientadores econômicos submeteram o Brasil a três sistemas cambiais. O dos últimos anos; o da repentina desvalori-zação do real, na quarta-fei-ra; e o recomen-dado na noite de quinta pelo gover-no americano e o FMI (como relatou o *The New York Times*), liberando o valor do dólar em relação ao real. Ou seja, desvalorizando ainda mais o real. Nem no Haiti isso aconteceu alguma vez.

6. Não é necessário, portanto, considerar o que eles fizeram em quatro anos para saber do que são capa-zes contra a crise perigosa. Bastam as 36 horas de obtusidade e de leviandade, com o presidente insis-tindo duas vezes em sair de férias a meio do turbilhão que angustiava o país. [...] (Jânio de Freitas, *Folha de S.Paulo*, 17/2/1998).

A partir de agora, principalmente por questões de espaço, tentaremos fazer a análise do texto do exemplo (19), considerando alguns mecanismos de coesão utilizados pelo locutor do texto, para conseguir construir sua avaliação sobre os fatos econômicos e políticos acontecidos na semana que precedeu a publicação do artigo.

Em primeiro lugar, o locutor inicia seu texto com uma certa “estratégia de suspense”. Ele anuncia que vai falar sobre algumas pessoas (ver o título do artigo), mas não as identifica de pronto. No título, o locutor mobiliza o pronome “eles” para iniciar a construção do referente textual.

Em geral, os textos são iniciados de outra maneira, introduzindo o referente textual por meio de um nome, de um sintagma, de um fragmento de oração, uma oração, ou todo um enunciado, que, “além de fornecerem, em grande número de casos, instruções de concordância, contêm, também, instruções de sentido, isto é, fazem referência a algo no mundo extralinguístico”.⁵⁴

No entanto, o locutor desse texto prefere continuar com a “estratégia de suspense”. No primeiro parágrafo, as pessoas que serão tematizadas pelo texto são designadas pelo pronome “deles”, na expressão “Nas mãos deles [...]”. No início do segundo parágrafo, o locutor se refere às pessoas sobre quem vai falar por meio do pronome “eles”, no enunciado “Tudo foi dado a eles”. E finaliza esse parágrafo com o enunciado “E eles quebraram o país”.

Até aqui, portanto, o locutor utilizou-se do recurso da *pronominalização* para atribuir ações às pessoas de quem fala. Será apenas a partir do terceiro parágrafo que o locutor vai nos desvendar o mistério sobre a identidade do referente textual. O locutor faz, então, a pergunta: “Quem são eles?”, e responde: “um presidente abúlico” (terceiro parágrafo); “um ministério apenas pró-forma” e “[...] e, nele, uma equipe econômica dividida entre os inseguros eternos, como Pedro Malan, e a audácia dos imaturos no saber e na mentalidade, como Gustavo Franco e Francisco Lopes” (quarto parágrafo).

Esse mecanismo é o que Koch (1989) chamará de coesão referencial: “aque-la em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual”.⁵⁵ No nosso exemplo, os pronomes utilizados nos dois primeiros parágrafos fazem remissão aos sintagmas e às orações dos terceiro e quarto parágrafos do texto. Como essa remissão foi feita para frente no texto, é denominada *catafórica*. Podemos dizer que esse texto teve um início catafórico.

54. Koch, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 34.

55. Koch, 1989, p. 30.

A partir do quarto parágrafo, as remissões serão anafóricas: as expressões “o presidente e seus orientadores econômicos” remetem para trás, para as expressões “um presidente” e “uma equipe econômica” respectivamente. A anáfora, em geral, é um movimento de remissão mais comum, mais utilizado na construção da referência. Iniciar um texto cataforicamente é menos comum, apesar de ser um recurso argumentativo que começa a se fazer mais presente nos textos jornalísticos, como é o caso do nosso exemplo.

Do ponto de vista argumentativo, ficou bastante interessante a combinação da estratégia de suspense na construção dos referentes textuais com a atribuição de um imenso poder a este mesmo referente, pelo mecanismo sintático de apassivação, nos dois primeiros parágrafos do texto: “nas mãos deles”, estávamos todos nós e o destino de nosso país; “tudo foi dado a eles”; e a enumeração bastante enfática (pela repetição do sintagma) dos diferentes “sacrifícios” impostos por “eles”. Por último, o enunciado na voz ativa, atribuindo aos referentes uma ação da maior gravidade: “E eles quebraram o país”.

Essa combinação fez com que a revelação da identidade dos referentes textuais fosse mais marcante do ponto de vista argumentativo, já que antes desta identidade ser revelada, a ela foram acrescentadas as imagens de um poder imenso que não foi utilizado em benefício daqueles que a “eles” se entregaram.

Um outro mecanismo importante de coesão referencial presente neste texto é a definitivização. Segundo Koch (1997), uma das regras para o emprego dos artigos como formas remissivas é aquela em que um referente, ao ser introduzido por um artigo indefinido, somente pode ser retomado por um artigo definido. Coerente com a estratégia de suspense, o locutor utiliza-se ao máximo do expediente de iniciar os parágrafos com referentes introduzidos por artigos indefinidos, como, por exemplo, “[...] Um presidente...” (parágrafo 3), “[...] um ministério...” (parágrafo 4), “[...] uma equipe econômica...” (parágrafo 4), para somente, então, a partir do quinto parágrafo, começar a desvendar o “eles”: “o presidente” (parágrafos 5 e 6) e “seus orientadores econômicos” (parágrafo 5).

Poderíamos continuar falando de outros mecanismos de coesão referencial utilizados pelo locutor nos quatro primeiros parágrafos do texto: a elipse, no terceiro parágrafo: “(um presidente) alheio a todas as realidades [...]”, “(um presidente) que só reconhece um ser humano, por acaso, ele próprio [...]”, “(um presidente) avesso a administrar [...]”; a remissão catafórica (para frente) do pronome indefinido “tudo” aos diferentes “sacrifícios”, no segundo parágrafo; a remissão anafórica do pronome indefinido “isso” aos enunciados anteriores, no quinto parágrafo; a repetição do sintagma “o sacrifício”, no segundo parágrafo, a repetição da expressão nominal definida “o presidente”, entre outros. Não se

guiremos adiante na enumeração dos mecanismos utilizados. O que nos interessa dizer, finalmente, sobre o mecanismo da coesão referencial é que este não é utilizado ingenuamente, estando, na maioria dos casos, a serviço dos objetivos do locutor no momento da produção de seu texto. No exemplo (19), vimos que este mecanismo apoiou fortemente a argumentação empreendida pelo locutor.

Passemos agora à análise dos mecanismos de sequenciação⁵⁶ utilizados para a progressão do texto do exemplo (19). A progressão do texto pode ser percebida pela forma como o tema é, ao mesmo tempo, mantido e renovado. Este procedimento de manutenção temática diz respeito à articulação entre a informação dada (tema) e a informação nova (rema). No caso do exemplo (19), a sequenciação predominante é a chamada sequenciação parafrástica, ou seja, aquela com procedimentos de recorrência.

Um primeiro exemplo dessa forma de sequenciação é a recorrência de estruturas sintáticas ou o chamado “paralelismo sintático”: “[...] o sacrifício de direitos, o sacrifício de milhões de empregos, o sacrifício de incontáveis empresas brasileiras, o sacrifício da legitimidade do Congresso, o sacrifício do patrimônio nacional, o sacrifício da Constituição [...]” (segundo parágrafo). Um outro exemplo desse mesmo recurso: “(um presidente) alheio a todas as realidades [...], (um presidente) avesso a administrar” (terceiro parágrafo). A reiteração dos termos desempenha um papel fortemente argumentativo, como se a repetição das estruturas funcionasse de forma que registrasse, de maneira definitiva, na memória do leitor, as críticas feitas aos referentes textuais.

Um outro exemplo de sequenciação parafrástica é a recorrência de conteúdos semânticos ou paráfrase. No texto de Jânio de Freitas, a paráfrase é feita no final do quinto parágrafo, introduzida pela expressão “ou seja”: “[...] e o recomendado na noite de quinta-feira pelo governo americano e o FMI (como relatou *The New York Times*), liberando o valor do dólar em relação ao real. Ou seja, desvalorizando ainda mais o real”. A paráfrase aqui presente serve para reforçar o encadeamento discursivo que o locutor do texto vai estabelecer logo a seguir, introduzido pelo operador “nem”: “Nem no Haiti isso aconteceu alguma vez”.

O encadeamento discursivo estabelecido é o de conjunção, efetuado por operadores, como “é”, “também”, “não só... mas também”, “tanto... como”, “além

56. Segundo Koch (1997), a progressão textual pode fazer-se com ou sem elementos recorrentes. Temos, assim, a sequenciação frástica, quando não há procedimentos de recorrência estrita, e a sequenciação parafrástica, quando há procedimentos de recorrência. Segundo a autora, os principais mecanismos de sequenciação frástica são os que garantem a manutenção do tema, os que estabelecem relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos maiores ou menores do texto, a ordenação e a articulação de sequências textuais.

de”, “além disso”, “ainda”, “nem”, que ligam enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão. No caso de nosso exemplo, o relato feito pelo locutor, ao longo do quinto parágrafo, só servirá de reforço para o argumento de incompetência e má-gestão dos governantes ante a crise que se abateu sobre o país naquela semana. Além disso, implicitamente, coloca esta gestão em comparação com o governo do Haiti, país famoso por suas injustiças sociais, violências e instabilidade econômica.

Não tivemos a pretensão de esgotar a análise dos recursos coesivos presentes nesse texto. Apenas estivemos fazendo um exercício de observação de alguns recursos coesivos importantes, mobilizados pelo locutor na construção de sua argumentação.

4. CONCLUSÃO

Este texto pretendeu apresentar resumidamente o que a área de Linguística Textual, no Brasil, conseguiu desenvolver teoricamente para propiciar análises sistemáticas de produções textuais sociocognitivamente contextualizadas. Além disso, o texto pretendeu oferecer uma breve revisão dos conceitos e categorias que foram sendo elaborados ao longo da história de construção deste campo. Estivemos explorando até aqui basicamente os conceitos de coerência e coesão textuais, conceitos esses que são considerados imprescindíveis para aqueles que pretendem trabalhar com níveis textuais e/ou discursivos de realização da língua.

Nesta conclusão, pretendemos apontar alguns aspectos que não foram problematizados e/ou discutidos, mas que também fazem parte dos interesses dos analistas do texto/discurso. Por exemplo, não tratamos aqui das atividades de produção do texto falado. Já há, sobre o português brasileiro, uma vasta produção acadêmica que discute as principais estratégias de processamento textual nesta modalidade.⁵⁷ Também têm sido publicados estudos voltados para as relações entre análise do texto/discurso e o desenvolvimento da competência textual e/ou discursiva na escola.⁵⁸

57. Ver os trabalhos sobre a organização textual-interativa, presentes nos seis volumes da *Gramática do Português Falado*, publicados pela Editora da Unicamp. Além disso, ver o capítulo *Análise da Conversação* no volume 2 desta obra.

58. Ver os trabalhos de Geraldi (1984 e 1991), Costa Val (1991), Bastos e Mattos (1986), Bastos (1994), Ramos (1997), Castilho (1998).

Em 1997, Teun A. Van Dijk publicou dois volumes que refletem mais atualmente os diversos interesses que estão no âmbito da tradição anglo-saxã de estudos sobre texto/discurso. O primeiro volume intitula-se *Discourse as structure and process* e o segundo volume chama-se *Discourse as social interaction*. Este conjunto, intitulado *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*, é composto por artigos de vários autores europeus e norte-americanos sobre uma ampla gama de tópicos e áreas, indo das abordagens mais retóricas, estilísticas e linguísticas, até direções psicológicas e especialmente mais sociológicas de pesquisa. Alguns artigos trabalham com textos escritos, outros com conversação informal ou institucional em múltiplos contextos sociais. Alguns trabalhos enfocam as estruturas abstratas do discurso, outros, a organização ordenada da fala, assim como outros discutem as implicações sociais, políticas e culturais do discurso. Diferentes perspectivas teóricas estão contempladas neste conjunto de trabalhos. O autor afirma que os dois volumes constituem a mais ampla e completa introdução aos estudos do discurso até os dias de hoje.

Podemos dizer ainda que os estudos sobre texto/discurso têm se aproximado bastante do que costumamos chamar de estudos cognitivos, principalmente daqueles ligados a uma concepção de cognição que pressupõe uma visão integrada das faculdades cognitivas do ser humano, onde linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e outros componentes do sistema cognitivo encontram-se definitivamente inter-relacionados.⁵⁹ Por último, pode-se dizer também que recentemente houve uma retomada do interesse pela questão da tipologia e dos gêneros textuais. Para tanto, remeto o leitor para o recente trabalho de Marcuschi (2000) sobre gêneros textuais.

Esperamos que o leitor possa, a partir da leitura deste texto, ter vislumbrado o amplo leque de interesses e perspectivas teóricas que constitui a área e possa interessar-se pelos muitos caminhos dos estudos sobre texto/discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. (Título original, 1929)

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. São Paulo: Forense Universitária, 1981. (Título original, 1970)

59. Sobre este tema, ver os trabalhos de Marcuschi (1999a), (1999b), (1999c).

- BASTOS, L. K.; MATTOS, M. L. *A produção escrita e a gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- BASTOS, L. K. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BEAUGRANDE, R. A. de; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. London/New York: Longman, 1981.
- CASTILHO, A. T. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In: GALVEZ, C. (Org.). *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1989 (Título original, 1978).
- CORREIO POPULAR, 1º caderno. Campinas, 28 out. 1998.
- COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- DIJK, T. A. Van. *Some aspects of text grammars*. Paris: The Hague, 1972.
- _____. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. Discourse as structure and process. In: _____. *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London/New Delhi: Thousand Oaks/Sage Publications, 1997. v. 1.
- _____. Discourse as social interaction. In: _____. *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. London/New Delhi: Thousand Oaks/Sage Publications, 1997. v. 2.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. (Título original, 1972).
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987 (Título original, 1984).
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1988. (Título original, 1983)
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno Ilustrada. São Paulo, 2 jan. 1999.
- _____. 1º Caderno. São Paulo, 28 out. 1998.
- _____. Coluna Paineis. São Paulo, 28 out. 1998.
- FRANCHI, C. Linguagem — atividade constitutiva. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Unicamp, n. 22, p. 9-39, 1992.
- FREITAS, Jânio de. Quem são eles. *Folha de S. Paulo*. 1º Caderno. São Paulo, 17 fev. 1998.
- GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- GARRAFA, L. *Coerência e literatura infantil: introdução à análise textual de produções literárias para a infância*. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

- GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1996. (Título original, 1984)
- _____. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUIMARÃES, E. R. J. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- JORNAL DO BRASIL. Caderno B. Rio de Janeiro, 16 maio 1998.
- _____. Caderno Internacional. Rio de Janeiro, 16 maio 1998.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.
- _____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. A referência textual como estratégia cognitivo-interacional. In: _____. *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 1999a. p. 69-80.
- _____. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. *Revista Alfa*, v. 42, 1999b. (Título original, 1994)
- _____. Formas referenciais e sua função textual. *Scripta*, PUC-MG, 1999c.
- KOCH, I. G. V.; BARROS, K. *Tópicos em linguística de texto e análise da conversação*. Natal: Editora da UFRN, 1997.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Introduction aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.
- _____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1989.
- MALDIDIER, D.; NORMAND, CL.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Unicamp, 1994.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística textual: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983. (Série Debates.)
- _____. Rumos atuais da Linguística Textual. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL), 66., São José do Rio Preto, Unesp, jun. 1998a.
- _____. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. Texto apresentado no Colóquio Internacional — A Investigação sobre o Português em África, Ásia, América e Europa: Balanços e Perspectivas. Berlim, 23-25 de março, 1998b.

_____. Cognição e produção textual: processos de referenciação. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN. SANTA CATARINA, 2., UFSC, 25 a 27 de fevereiro, 1999a. (Mimeo.)

_____. Cognição, explicitude e autonomia no texto falado e escrito. In: ENCONTRO DE LÍNGUA FALADA E ENSINO (ELFE), 3., Maceió, UFAL, 12 a 16 de abril, 1999b. (Mimeo.)

_____. *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais*. In: GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE (GELNE). Fortaleza, set. 1999c. (Mimeo.)

_____. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife, 2000. (Mimeo.)

_____; KOCH, I. G. V. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, 14, número especial, p. 169-190, 1998a.

_____. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. *Gramática do português falado*, 1998b. v. 8.

MASSON, Celso. Qualquer nota: pretensiosas ou ingênuas, as letras sem sentido dão o tom na MPB. *Veja*, 6 jan. 1999. (Seção Música.)

RAMOS, J. *O espaço da oralidade na sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANT'ANNA, A. R. de. *Paródia, Paráfrase & Cia*. São Paulo: Ática, 1985.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.

Veja, 6 de janeiro de 1999

Qualquer Nota

Pretensiosas ou ingênuas, as letras sem nenhum sentido dão o tom na MPB

Na MPB de hoje, compositor com falta de ideias para uma boa letra não se aperta. Basta embaralhar um monte de palavras desconexas e pronto! Por causa deste truque, as letras sem sentido estão virando mania na música popular brasileira. Basta ligar o rádio para ouvir versos e refrões que parecem colhidos num jogo de palavras cruzadas. O exemplo mais recente é o sucesso *Só Love*, da dupla Claudinho & Buchecha, que disputa os primeiros lugares em execução nas FMs do país. A certa altura, ouve-se a seguinte pérola: “Venero demais o meu prazer/ Controlo o calendário sem utilizar as mãos”. Segundo Buchecha, autor destes versos misteriosos, trata-se de um manifesto antionanista. Ah, bom. Não é de hoje que as letras mais esquisitas são cantadas com absoluta naturalidade até por autores consagrados. Há versos estapafúrdios nos últimos discos de Caetano Veloso e Gilberto Gil, assim como naqueles dos compositores da nova geração. Como Carlinhos Brown (veja os trechos em destaque).

Gilberto Gil
 Átimo de pó
 “Entre agora e o eon
 O íon e o Órion
 A lua e o magnéton
 Entre a estrela e o elétron
 Entre o glóbulo e o globo blue”

Caetano Veloso
 Doideca
 “Gay Chicago negro alemão
 Bossa nova
 Gay Chicago negro alemão
 Timbalada...
 Lira Paulistana
 Música doideca
 Funk carioca
 Londresselvas em flor”

É claro que existem diferentes categorias de compositores — e os motivos que levam cada uma delas a escrever letras estranhas também variam. Podem-se dividir esses compositores em três segmentos: os pretensiosos, os ingênuos e os despreparados. Do primeiro grupo fazem parte aqueles que julgam conhecer profundamente o idioma e sua sintaxe. De posse de tanta erudição, acreditam lidar com as palavras de modo criativo, original, buscando assim uma ruptura com o discurso tradicional de canção. “Os compositores que produzem em um nível mais cultivado não se contentam em perpetuar fórmulas que consideram esgotadas”, diz o historiador da MPB José Ramos Tinhorão. Daí sua ânsia em procurar o novo, muitas vezes sem chegar a resultado algum. “Em matéria de ideias, Gilberto Gil é o vazio mais cheio de palavras que se pode encontrar”, exemplifica Tinhorão.

Refrões pegajosos — Do segundo grupo, formado pelos compositores que lidam com o idioma de modo ingênuo, costumam sair letras que são apenas associações de palavras, encaixadas umas nas outras por sua sonoridade. Um bom exemplo é o compositor Chico César. Em *Carinho de Carimbó*, ele manda brasa nos seguintes versos: “Carinho, carimbó/ colar, colarinho/ minissaia e paletó”. Essa prática existe na canção popular brasileira desde o surgimento da embolada, uma forma poético-musical do início do século. Os grandes emboladores do passado improvisavam combinando fonemas difíceis. Isso produzia rimas inesperadas, mas frases desconexas. Ao dar de ombros à estrutura narrativa da canção, os emboladores se anteciparam à poesia concretista. Hoje, essa habilidade de extrair um som bem ritmado de sequências de palavras tornou-se um disfarce para a falta de conteúdo. “No Brasil, os artistas sentem-se à

vontade para associar palavras livremente porque isso não cria embaraços à audição”, opina Luiz Tatit, músico e professor de Semiologia da Universidade de São Paulo.

Por último, há os que compõem na linha Claudinho & Buchecha. A falta de sentido das letras, nesse caso, decorre exclusivamente da inaptidão para lidar com a língua portuguesa. Bons de suingue e talentosos para compor refrões pegajosos, os cantores de *Só Love* se expressam com o restrito vocabulário a que tiveram acesso na infância e na juventude pobres. Se para Caetano e Gil a ruptura com o sentido pode ser atribuída à tentativa de experimentar novas possibilidades para a canção — além de ser uma ótima desculpa para a preguiça mental —, em Claudinho & Buchecha é só mais um sintoma de que o ouvinte pouco está ligando mesmo para o que seus ídolos cantam. *Oh, yeah!*

Celso Masson

Claudinho & Buchecha

Só Love

“Venero demais o meu prazer
Controlo o calendário sem utilizar as
mãos”

Carma chinês

“Não quero amar outra vez
A disputa é a arma do carma chinês”

Carlinhos Brown

Omelete man

“Anti-gama recarregada em ti

Tive nua a sentença

Anúncio que acabou em chic

Omelete man

Pro mentor mentecapto

O réu dele é rei

Quando o frio acatar

Queima mal e má

Adivinho melado melhor

Na lona rente”